



---

**SOCIOLOGIA HISTÓRICA DO LIVRO, DA EDIÇÃO E DA LEITURA:  
PISTAS PARA UMA PROPOSTA PANORÂMICA<sup>1</sup>**

---

*HISTORICAL SOCIOLOGY OF THE BOOK, PUBLISHING AND READING:  
KEYS FOR A BIRD'S EYE PROPOSAL*

**Nuno Medeiros**

Doutor em Sociologia da Cultura. Mestre em Sociologia Histórica pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Licenciado em Sociologia. Professor de Sociologia na Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa do Instituto Politécnico de Lisboa (ESTeSL-IPL) e pesquisador na Universidade Nova de Lisboa (IHC – NOVA FCSH). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5350-4294>. E-mail: [nuno.medeiros@fcsch.unl.pt](mailto:nuno.medeiros@fcsch.unl.pt)

**RESUMO**

Este artigo explora o livro, a edição e a leitura como focos de explicação que convocam várias ciências sociais e humanas. Pretende-se essencialmente estabelecer um panorama breve – e inevitavelmente parcelar – como baliza de compreensão de um campo de pesquisa teórica e empírica em construção, campo aqui designado de sociologia histórica do livro, da edição e da leitura. O livro (enquanto objeto físico e simbólico), a edição que o configura e a leitura que dele se apropria constituem eixos indispensáveis à compreensão da cultura escrita e, no interior desta, da cultura impressa, bem como das instituições e dos agentes que se formaram durante o desenvolvimento e as múltiplas transformações que o livro, a edição e a leitura sofreram, de que são exemplo as bibliotecas e os bibliotecários.

**Palavras-Chave:** Sociologia Histórica; Livro; Edição; Leitura; Cultura Impressa.

**ABSTRACT**

This article approaches the book, publishing and reading as themes of inquiry that bring together various social sciences and humanities. It intends to establish a brief overview based on a set of keys to understand a field of theoretical and empirical research under construction: the historical sociology of the book, publishing and reading. These three topics (book, publishing and reading) are essential axes for understanding written culture and, within it, print culture, as well as institutions and agents linked to this culture, such as libraries and librarians.

**Keywords:** Historical Sociology; Book; Publishing; Reading; Print Culture.

**1 INTRODUÇÃO**

Como nenhuma outra função – se exceptuarmos a função de repositório e, mais recentemente, de lugar de edificação de memória –, a leitura aparece indissociavelmente ligada

---

<sup>1</sup> Artigo elaborado em versão expandida e refundida a partir de conferência realizada em 7 de outubro de 2021 sob o título homônimo no 1.º Encontro Baiano de Bibliotecas Universitárias Públicas (EBBUP), organizado pelo Sistema Universitário de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia (SIBI/UFBA) em Salvador, Bahia.

à missão das bibliotecas, ao assimilar a um tropo funcional da própria definição de biblioteca e uma vez subsumida no livro (no objeto e no símbolo) enquanto expressão máxima da leitura como competência de descodificação (e codificação) e como elemento conferente de estatuto. A relação da leitura com esses aspectos de organização social e de acesso a bens culturais e à sua circulação, bem como a sua imbricação na realidade histórica das bibliotecas, constitui desde cedo um tópico do exercício do poder particularmente visível no contexto da modernidade. O advento da leitura pública como desígnio liberal da construção de um projeto nacional alicerçado pela elevação cultural e intelectual da população impulsiona e sedimenta a ideia de que cabe aos poderes públicos conduzir o processo de aprofundamento de uma estrutura social governada, na sua lógica organizadora, pela relação com o objeto tipográfico na sua natureza catalisadora da transformação humana. E num dos nós dessa reconfiguração, está a biblioteca.

Se a gênese deste espaço e da atuação dos seus agentes aparece ligada ao projeto de desenvolvimento e de progresso, a biblioteca como lugar e como ideia foi sendo sucessivamente sujeita a materializações e a representações em crescente pluralização no quadro de transformações assinaláveis no âmbito da sua missão e da inscrição de novas interpelações a essa missão, seja ela qual for (CARPENTER; AUGST, 2003; EVANS; SCHONFELD, 2020). Com efeito, procurar entender e pensar a biblioteca pública, ou de alguma forma projetada para a fruição pública, como é o caso das bibliotecas universitárias, é procurar conhecer uma crescente diversificação de sentidos, morfologias e usos que operam uma tal reconfiguração que, frequentemente, a missão de repositório e memória e a de espaço por excelência de leitura pública são acompanhadas por uma miríade de outras funções e apropriações, o que faz com que o espaço e o lugar social e cultural das bibliotecas sejam atualmente pautados pela complexidade e heterogeneidade (BUSCHMAN, 2003; SEQUEIROS, 2011).

Uma das consequências mais fascinantes desse processo é a de que a biblioteca e o bibliotecário hoje se confrontam com uma necessidade de intervenção que simultaneamente imagina a realidade envolvente e aspira à sua transformação. O I Encontro Baiano de Bibliotecas Universitárias Públicas é um exemplo, um feliz exemplo disso mesmo. Bibliotecas universitárias, políticas no âmbito da cultura e do conhecimento, outras instituições e agentes são protagonistas e sujeitos da mudança num contexto sobre o qual buscam intervir. Mas, bibliotecas universitárias, políticas no âmbito da cultura e do conhecimento, outras instituições e agentes são igualmente alvo de reflexão e de autorreflexão sobre a sua própria identidade, *ethos* e posição nesse quadro de mudança (USHERWOOD, 1999; GORMAN, 2000; PÉREZ PULIDO; VIVARELLI, 2016).

E esse quadro confere, por isso, à realidade da biblioteca e da ação da e na biblioteca uma inegável e interessante natureza caleidoscópica (FURTADO, 2007) que apela a um tipo de reflexão e de análise e exige planos de observação e metodologias assentes numa multiplicidade de pontos de partida disciplinares, cuja matriz é inevitavelmente baseada no cruzamento e na articulação de pontos de vista, tradições teórico-disciplinares e temas. O que se propõe ao longo deste artigo é, então, uma incursão numa das abordagens de maior relevância e significado do ponto de vista acadêmico, segundo uma tradição teórico-disciplinar colaborativa (aqui centrada na colaboração transdisciplinar da sociologia e da história) e que será tematizada com base num vetor triplo, envolvendo o livro, a edição e a leitura.

## 2 UMA SOCIOLOGIA HISTÓRICA DO LIVRO, DA EDIÇÃO E DA LEITURA

Tomado como centro de uma configuração social e cultural em permanente mutação e que é formada por um conjunto diversificado de agentes com intervenção na produção, disseminação e recepção de que é alvo, o livro editado instaura um mundo ordenado cujas implicações, conexões, circunstâncias e complexidades têm sido objeto de análise localizada em territórios disciplinares variados e confluentes. Nessa confluência, emergem os contributos de vários saberes, como a história e a sociologia. Com efeito, as diligências explicativas para apreender e interpretar os livros e a cultura impressa, que também por meio deles se edifica, situaram-se, desde o início, numa matriz temática e disciplinar em que se multiplicam os cruzamentos. Uma vez que se trata de um âmbito de estudo plural, amplo e no qual se inscrevem tanto o objeto em si (o livro, tomado na sua dimensão material e simbólica) como as práticas e os processos que o engendram e que se apropriam sucessivamente da sua descodificação, os livros, a sua produção e circulação editorial e as práticas de leitura que os descortinam e deles se apropriam criativamente foram sendo construídos como objeto de conhecimento e de análise para os quais convergiu e converge um conjunto de olhares e de tradições hermenêuticas.

Este artigo não tem o intuito de proceder ao desfile de um percurso de pretensão globalizante sobre as dinâmicas do pensamento sociológico e historiográfico em torno do livro, da edição e da leitura. O intuito aqui será fazer deixar um feixe de pistas para que se consiga desenhar uma visão panorâmica de um projeto em contínua construção, sujeito a constantes avanços, recuos e ramificações, resultante igualmente de uma variedade de propostas susceptíveis de sinalizar um campo de pesquisa teórica e empírica. E esse campo, ou melhor, esse projeto, será designado com algum atrevimento uma sociologia histórica do livro, da edição e da leitura, reconhecendo-se, logo à partida, o fato seguinte: se há muito que entrelaça e interconecta estes três vetores (livro, edição e leitura), há também muito que os distingue enquanto objetos específicos e governados por lógicas próprias e definíveis e definidos de maneiras também próprias.

O agregado de pesquisas acerca do livro, da edição de livros e das sucessivas camadas de mediações e atribuição de sentido a que o livro está sujeito corresponde a um campo atravessado por cambiantes diversos, entre o heterogêneo e o tensional, que é, ele mesmo, participante num dos vários paradoxos que o identificam e lhe são específicos. Referindo-se a este fato, James Carey (1984) fala da coincidência temporal que ocorre na transição da década de 1970 para a década de 1980 na qual são simultâneos o crescimento pronunciado dos estudos sobre o livro, leitura e edição e a ampliação das angústias em torno da designada crise da leitura e as possibilidades de desaparecimento do livro abertas pela mudança tecnológica, sobretudo a que se encontra ligada à informática. A partir dessa época, portanto, e aqui reside o paradoxo – ou aparente paradoxo –, ao mesmo tempo que sobem de tom as profecias pessimistas, até crepusculares, sobre o declínio do livro e a crise da edição, verifica-se, com particular incidência em alguns países, uma expansão e uma institucionalização da pesquisa em torno do livro e da produção e circulação da cultura impressa, afirmando-se como área autônoma no quadro das ciências sociais e das humanidades.

Esse impulso revitalizador da pesquisa e da reflexão em torno do livro como objeto e dos seus usos e agentes configuradores representou – e representa – uma ruptura decidida, por vezes iconoclasta, com a arraigada tradição acadêmica que reservava à literacia, à textualidade, à cultura livresca ou *bookishness* e, no fundo, ao *Homo litteratus*, um lugar heurístico e historicamente insubstituível na explicação e definição das sociedades modernas. Inaugurava-se no discurso e na prática acadêmica, ou melhor, em certos discursos e práticas no seio de uma determinada – mas determinante – parcela da academia, o reconhecimento do fim do monopólio da literacia tipográfica enquanto portadora de estatuto central e inquestionado de prestígio social. Isto é, constatava-se a transformação da realidade da literacia tipográfica, crescentemente forçada a dividir a sua posição e o seu espaço com outros tipos de literacia, como a linguística, a informática ou a visual; perdia, assim, a soberania do artigo definido singular “a” e incorporava o seu sucessor “uma”. De “a” literacia, associada de modo ontológico e indissolúvel ao universo do livro e do mundo ordenado pela lógica do impresso, a literacia tipográfica passou à condição de “uma” literacia no interior de um leque de opções disponibilizadas e tornadas essenciais num quadro tecnológico e simbólico de contemporaneidade.

E essa constatação teve eco na perspectiva analítica acerca do livro impresso, que passou a se encontrar destituído da sua longa primazia e do seu lugar cimeiro e indisputado enquanto meio por meio do qual se processam as transações fundamentais da vida social, cultural e política na modernidade. O olhar sobre o objeto em si, sobre os seus usos e sobre os agentes neles e com eles implicados sofre, pois, uma transfiguração. No âmbito dos estudos e da reflexão em torno do tema, observa-se um enfraquecimento do enfoque a partir de moldes entronizados, enfoque que fora adotado pelas ortodoxias explicativas desde longa data, que associaram linearmente o livro e as práticas de leitura, sobretudo livresca, à sabedoria e ao progresso – moral, material e social.

Objeto de pesquisa assim metamorfoseado, o livro (bem como as morfologias da sua produção, disseminação e recepção) passa a ser apreciado, perspectivado, explicado, compreendido no polimorfismo cultural, político, econômico e social em que sempre se inscreveu como participante contraditório e heteróclito nos interstícios da história, mesmo nos interstícios mais obscuros, até nos mais inconfessáveis. Deixando de ser escrutinado e entendido somente ou principalmente pelo prisma do sublime e de uma superioridade imanente, o livro passa a ser olhado como lugar de ignorância tanto quanto de conhecimento, de ataque tanto quanto de resistência, de perda tanto quanto de ganho. O objeto modificado dessa maneira pela mudança analítica que se operou é cada vez mais concebido e explicado simultaneamente como dispositivo de controle social e de construção da liberdade (CURTO, 2015). A transparência, estabilidade e segurança outorgadas ao livro na visão tradicional da sua explicação dão lugar a um novo contexto interpretativo que incorpora na análise a complexidade, a ambivalência ou a contradição.

E, finalmente, esse movimento de reapreciação crítica do objeto, dos seus usos e dos seus agentes tem como consequência a contestação da ideologia do livro em si mesma, ao considerá-lo como expressão tecnológica superior no domínio da impressão e da transmissão de ideias que tem servido aos interesses daqueles que alcançam e mantêm poder – de definir, por exemplo, o lugar dominante da literatura como roteiro essencialista de práticas elitistas. Muito do poder adscrito ao livro e aos seus pressupostos, e que é desconstruído e até denunciado

pelo novo modo de ver e interpretar o fenômeno da cultura escrita e impressa, serviu, recorde-se, a um conjunto de interesses e agendas no interior da própria academia e de universos conexos, como o das bibliotecas e das políticas públicas de leitura, amplamente beneficiários de uma mundividência hierárquica do livro como instância cimeira e indisputada no contexto da elaboração e difusão das ideias, sobretudo das ideias legítimas ou assim conotadas.

Vistos como elementos de mudança cultural e social, mas também como elementos de exercício de poder, o livro, a edição e a leitura emergem como expressões de um espírito anticanônico visível nas novas propostas de pesquisa que tratam de explorar de novos modos novos territórios temáticos. O campo da cultura tipográfica passa a ser concebido e problematizado como palco de lutas em que o cânone deixa de ser um produto fixo no qual a ordenação dos grandes produtos intelectuais da humanidade corresponderia a obras selecionadas de um modo quase natural. O cânone livresco e literário passa a ser encarado como resultante de conflitos permanentes entre grupos sociais pela imposição de uma representação valorativa do mundo a partir dos seus interesses, desígnios e necessidades (WILLIAMS, 1979; 2011).

Desmontada a narrativa estribada no desígnio de índole mitológica de circunscrição do (não de um) cânone, a renovação dos estudos sobre o livro, a edição e a leitura traz para o centro da explicação as articulações variadas entre autoridade e resistência cultural. Muito do que se procura entender relaciona-se, portanto, com a capacidade que, dentro e fora dos sistemas de regulação instituídos, as margens demonstram para resistir aos discursos e linguagens dominantes ou para uma apropriação transformadora desses discursos e linguagens (BURKE, 1989; DAVIS, 1990; HALL, 1996). Os agentes mediadores, como os editores ou os livreiros, mas também os bibliotecários, ocupam posições de interferência, de seleção, de metamorfose e de recorte de sentido no âmbito da produção, circulação e fruição do livro. Por meio dessas posições, que são muito mais do que meros nós de um circuito de existência do livro, esses agentes do livro e da leitura passam a determinar os processos concretos do trânsito da cultura impressa e da sua permanente configuração e reconfiguração, promovendo ou dificultando ligações entre os núcleos e as franjas, isto é, entre marginais e integrados, entre os poderes e os contrapoderes.

Uma das consequências dessa alteração de paradigma nas modalidades e processos de explicar e entender o livro, a edição e a leitura que se revelou mais profícua no filão investigativo consistiu na afirmação efetiva do estudo do efêmero, do popular, do massificado e do profano, anteriormente considerados objetos menores ou mesmo não objetos de análise e que agora se consolidam como objetos de estudo legítimos. É o tempo novo da importância teórica, epistêmica e temática concedida ao sublitterário, inclusive ao antiliterário, ao não livro ou ao antilivro, ou seja, a ideias, morfologias e sujeitos alternativos de cultura e conhecimento, historicamente preteridos e descartados pelo universo acadêmico dedicado ao livro e à cultura construída tipograficamente (HOGGART, 1957; WILLIAMS, 1961; 2011; THOMPSON, 1987).

No que diz respeito à leitura e ao seu estudo, a ruptura efetuada com essa tradição canônica, essencialmente autoral, que via frequentemente o texto como monumento e o leitor como sujeito passivo e subordinado, passa em grande medida por uma desocultação do leitor socialmente dominado (mas não incapaz nem passivo), pouco provido de capitais, daquele a quem as novas

tendências de observação e conceptualização restituem a voz, dissipada pela ausência de registro histórico ou abafada pela dificuldade na recolha e sistematização de dados. Um dos propósitos nucleares desse movimento de renovação é o da descoberta dos livros e leituras considerados menores, consignando estatuto analítico aos gêneros e formas de produção e apropriação anteriormente negligenciados na tradição literária mais estrita (CHARTIER; LÜSEBRINK, 1996), como as edições em fascículos ou cadernos, as edições de livros de cordel, as edições em folhetim ou formas híbridas de circulação oral da cultura escrita. A concepção e conceptualização do livro, da edição e da leitura como exclusividade erudita acharam-se, assim, desafiadas e postas em causa como motor único da reflexão e pesquisa sobre esses objetos.

O vulgo é, então, eleito como uma dimensão central no estudo do livro, estudo esse que se vai desamarrando de uma proposta exclusivamente vinculada às práticas de estética erudita como via única de legitimação e até de existência (MEDEIROS, 2018). Essa mudança, essa verdadeira basculação, sinaliza a afirmação de uma reflexão não reificante sobre o livro, logo também da edição e da leitura; ela rompe com as dicotomias desniveladoras assentes numa separação assimétrica entre universos culturais hierarquizados. É a própria ideia, frequentemente ideologia, de uma “alta” e de uma “baixa” cultura, que é claramente contestada, substituída pela perspectiva de uma cultura escrita e impressa alicerçada numa produção socializada, isto é, coletiva, num resultado não hierático, isto é, não cristalizado, e no triunfo explicativo do produto e das práticas que lhe estão associadas como consequência de um sistema de comunicação heterogêneo e dinâmico, sujeito a processos de conflito, de apropriação, de colaboração. Ganha forma a proposta de pensar o livro como processo material e simbólico de outorga de sentido. E essa atribuição de sentido deixa de ser vista como configurada exclusivamente pelo autor como fonte única, seminal e imprescritível, mas também por um conjunto mais ou menos largo de outros participantes na construção do objeto e, portanto, na formulação das intenções com que esse objeto deve ser recebido, interpretado, fruído, comunicado.

Esse percurso de concepção e estudo do livro e da leitura, bem como de um dos seus processos de elaboração, o editorial, é um percurso que estabelece vários paralelismos com o das próprias bibliotecas, universitárias e não universitárias, que operaram uma transição nem sempre fácil nem desprovida de obstáculos, no decurso da qual foram abrindo mão de uma vocação eminentemente erudita e socialmente muito seletiva para irem abrigando novos públicos e valências de leitura e de uso do espaço e dos serviços bibliotecários; públicos e leituras frequentemente considerados anteriormente como excêntricos à missão e ao lugar da biblioteca e do bibliotecário.

Regressando ao universo da pesquisa, consuma-se, pelo menos em vários setores dos estudos em torno do livro, da edição e da leitura (mas igualmente noutros domínios confluentes com essas áreas, como os estudos literários, por exemplo), o declínio do enfoque explicativo linear, óptica linear em declínio que corresponde a um modelo de análise em que se encontram ligados de modo relativamente direto o autor e o leitor, praticamente sem que outros atores exerçam de maneira eficaz um papel mediador suficiente para alterar esse percurso direto. Autores como William Charvat anunciam essa mudança fundamental de perspectiva, ao declarar que opondo-se “tanto ao escritor como ao leitor está todo o complexo organismo do comércio do livro e da revista – um comércio que há dois séculos, pelo menos, desempenha uma função positiva

e dinâmica no mundo da literatura” (CHARVAT, 1968, p. 284). Defende, por isso, que “escritor e leitor determinam o comércio do livro e por ele são determinados” (CHARVAT, 1968, p. 285).

Sublinhando a relevância heurística, teórica e inclusive epistemológica dessa mudança de perspectiva, ela representa a vitória de uma concepção de base processual, na qual crescem novos planos analíticos e novas propostas metodológicas e conceptuais suportadas nas lógicas de rede, espaço, circuito, campo do livro e da edição. Essas lógicas correspondem a planos sociais de produção e circulação do livro e do texto editado e publicado habitados por autores, editores, livreiros, distribuidores, tradutores, gráficos, *designers*, ilustradores, tipógrafos, publicitários, agentes literários, professores, bibliotecários, jornalistas, críticos, leitores, entre outros (DARNTON, 1982; MCGANN, 2002; BECKER, 2010). Com esse movimento de redirecionamento, quase refundação, do olhar sobre o livro, a edição e a leitura está a inscrever-se esse conjunto de objetos de estudo, análise e conhecimento numa moldura mais ampla. E essa moldura corresponde ao que se poderia designar sistema intelectual e cultural *latu senso*, formado pela circulação social de ideias e tendências e pelas estruturas institucionais e econômicas em que essa circulação se processa, incluindo instituições como o Estado ou o mercado e instâncias mediáticas, que se articulariam de maneira complexa e texturada com os agentes e práticas ligadas à cultura impressa do livro editado e da sua leitura, como a imprensa periódica, a rádio, o cinema, a televisão ou a internet.

Trata-se, com efeito, de todo um movimento de reconceptualização do livro, intrinsecamente articulado com a reconceptualização da edição enquanto universo de produção e da leitura enquanto universo de apropriação (CHARTIER, 1988). Todos esses três eixos participando na redefinição do próprio conceito amplo de cultura e de práticas culturais associadas ao universo da escrita. E essa dinâmica de mudança na concepção e no entendimento desse agrupamento de fenômenos ganha corpo e definição a partir de um percurso de reelaborações disciplinares que durante a segunda metade do século XX se iniciam no interior do campo das humanidades e das ciências sociais, desde o historiográfico ao sociológico, passando pelo antropológico e chegando até ao campo dos estudos literários e artísticos.

Livro, edição e leitura cruzam-se em encruzilhadas temáticas e encontros e reencontros disciplinares, conciliando tradições de diversas origens. Ou, recorrendo às palavras de Robert Darnton, os livros recusam-se a serem confinados em “uma única disciplina quando tratados como objeto de estudo. Nem a história, nem a literatura, nem a economia, nem a sociologia, nem a bibliografia conseguem fazer justiça a todos os aspectos da vida de um livro” (DARNTON, 1982, p.81). Resulta desse trajeto de profunda reconfiguração analítica, crítica, teórica e metodológica (e mesmo epistemológica, como se referiu) que o estudo do livro editado e posto a circular passa a exigir um esforço explicativo crescentemente transdisciplinar e sustentado na intersecção da reflexão sobre leitura, imprensa, edição e literatura. Uma série extensa e diversificada (frequentemente até antagônica), de obras e estudos tem materializado ao longo das últimas seis, sete décadas uma aposta decidida e assumida de exploração dos nexos entre a sociedade e o objeto impresso. Por meio da análise global do papel desempenhado pela imprensa e, particularmente, pelo livro na edificação da cultura ocidental moderna (e também já na cultura contemporânea não ocidental), os usos sociais dos textos deixaram de ser separados das instituições, interesses, tecnologias, temporalidades e contextos concretos e de escala variada em que se inscrevem e que os inscrevem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É nessa confluência que, entre outros tipos e modalidades de convergência disciplinar, emerge a sociologia histórica do livro, da edição e da leitura. E emerge não como bloco coeso e uniforme, mas como emblema da transformação aqui abordada e no âmbito da qual se têm estabelecido outros exemplos de transdisciplinaridade. Nesse sentido, o livro, a edição e a leitura constroem-se como objetos de modalidades de conceber e de explicar, talhadas nos encontros disciplinares e no abraço ao híbrido, reconhecendo a heterogeneidade dos fenômenos e dos campos de estudo e assumindo as tensões que encerram. De maneira diferente, com ritmos diferentes e até com sucesso institucional diverso, o desenvolvimento de um campo (ou seria melhor pluralizar e falar em campos?) de pesquisa e análise sociologicamente fundado numa historicização do livro, da edição de livros e das práticas de leitura que suscita demonstra sinais de vitalidade e consolidação.

Se a narrativa que se procurou traçar neste artigo é reveladora da riqueza analítica da cultura impressa enquanto universo compósito e rugoso (e, por isso, ainda mais interessante), passível de ser interrogado e escrutinado, não deixa igualmente de levantar questões que constituem desafios claros e não pequenos ao processo subjacente a essa narrativa. Por um lado, essas questões decorrem de aspectos eminentemente ligados à intrincada relação entre os itinerários teórico-metodológicos de matriz transdisciplinar e as possibilidades de manutenção de uma área de estudo definida como campo de pesquisa coerente e portador de uma unidade. Isto é, se é inequívoco o cariz fecundo de uma ambição de carácter global e transdisciplinar, o risco que essa ambição acarreta é real e comum a todos os esforços de síntese: a plasticidade e variedade do objeto ou objetos de estudo podem conduzir à progressiva erosão da sua nitidez. Ou seja, a partir de que ponto é que se está ainda verdadeiramente a falar de uma abordagem ao livro, à edição ou à leitura?

Por outro lado, as questões que se levantam também se enquadram na dimensão social e política dos agentes e dos contextos em que se materializa a pesquisa. Está-se a falar da natureza desigual do mercado internacional das ideias, constantemente atualizado na coexistência difícil e até conflitual de lógicas de dominação e contradominação. Nesse sentido, entre muitas outras, há, pelo menos, duas perguntas que podem – e devem – ser colocadas. Persistirá o movimento de expansão e consolidação do campo – ou dos campos – de pesquisa de uma sociologia histórica do livro, da edição e da leitura, alargando-se, como se tem alargado, a novos espaços e tradições, incluindo os de língua portuguesa? Os autores referidos ou citados neste artigo são predominantemente anglo-saxônicos (e também na sua larga maioria homens e brancos, para apenas destapar outras camadas de discussão), cujo discurso se articula em uma posição dominante no plano internacional acadêmico da produção e circulação (e, de certo modo, imposição) de ideias e propostas explicativas. Regressando à pergunta: se sim, como se espera, ou seja, se se verificar de maneira decisiva e afirmativa uma sociologia histórica do livro, da edição e da leitura em espaços exteriores a esse espaço central e dominante (o anglo-saxônico), que configurações assumirá a relação entre as características e pressupostos nativos das periferias científicas e a capacidade de expansão do centro produtor de modelos?

São perguntas (de uma panóplia de outras possíveis) cuja resposta talvez só possa ir sendo dada pelo itinerário das práticas de investigação em torno desses objetos poliédricos e intrincados



e pelos contextos acadêmicos, políticos e econômicos que forem configurando esse itinerário. Momentos como o do I Encontro Baiano de Bibliotecas Universitárias Públicas, decorrido em outubro de 2021, podem ser uma ajuda preciosa no estabelecimento desse itinerário.

## REFERÊNCIAS

BECKER, Howard. **Mundos da arte**. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BUSCHMAN, John E. **Dismantling the public sphere: situating and sustaining librarianship in the age of the new public philosophy**. Westport, Conn./London: Libraries Unlimited, 2003.

CAREY, James. The paradox of the book. **Library Trends**, Baltimore, v.33, n.2, p.103-113, Fall. 1984. Disponível em: [https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/7361/librarytrendsv33i2c\\_opt.pdf](https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/7361/librarytrendsv33i2c_opt.pdf). Acesso em: 8 out. 2021.

CARPENTER, Kenneth; AUGST, Thomas. 'The history of libraries in the United States': a conference report. **Libraries & Culture**, Austin, v.38, n.1, p.61-66. 2003. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25549068>. Acesso em: 8 out. 2021.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1988.

CHARTIER, Roger; LÜSEBRINK, Hans-Jürgen (Dirs.). **Colportage et lecture populaire: imprimés de large circulation en Europe, XVI<sup>e</sup>-XIX<sup>e</sup> siècles**. Paris: Éditions de l'Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine/Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1996.

CHARVAT, William. **The profession of authorship in America, 1800-1870**. BRUCCOLI, Mathew (Ed.). Columbus: Ohio State University Press, 1968.

CURTO, Diogo Ramada. **História política da cultura escrita**. Estudos e notas críticas. Lisboa: Verbo/Babel, 2015.

DARNTON, Robert. What is the history of books? **Daedalus**, Cambridge, Mass., v.111, n.3, p.65-83, Summer. 1982. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20024803>. Acesso em: 8 out. 2021.

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo**. Sociedade e cultura no início da França moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

EVANS, Gwen; SCHONFELD, Roger. It's not what libraries hold; it's who libraries serve: seeking a user-centered future for academic libraries. **Ithaka S+R**. January. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18665/sr.312608>. Acesso em: 8 out. 2021.

FURTADO, José Afonso. O mito da biblioteca universal. **Cadernos BAD**, Lisboa, n.2, p.37-55. 2007. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/cadernos/article/view/771/769>. Acesso em: 8 out. 2021.

GORMAN, Michael. **Our enduring values: librarianship in the 21st century**. Chicago/London: American Library Association, 2000.

HALL, David. **Cultures of print**: essays in the history of the book. Amherst, Mass.: University of Massachusetts Press, 1996.

HOGGART, Richard. **The uses of literacy**: aspects of working-class life with special reference to publications and entertainments. London: Chatto & Windus, 1957.

MCGANN, Jerome. The socialization of texts. In: FINKELSTEIN, David; MCCLEERY, Alistair (Eds.). **The book history reader**. London/New York: Routledge, 2002, p.39-46.

MEDEIROS, Nuno. **D'O Recreio à Livraria Romano Torres**: edição para o grande consumo no Portugal contemporâneo. 2018. 602f. Tese (Doutorado) – Doutoramento em Sociologia da Cultura, Conhecimento e Educação, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2018. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/43954>. Acesso em: 8 out. 2021.

PÉREZ PULIDO, Margarita; VIVARELLI, Maurizio (Eds.). **The identity of the contemporary public library**: principles and methods of analysis, evaluation, interpretation. Milano: Ledizioni, 2016.

SEQUEIROS, Paula. The social weaving of a reading atmosphere. **Journal of Librarianship and Information Science**, v.43, n.4, p.261-270. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0961000611425823>. Acesso em: 8 out. 2021.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

USHERWOOD, Bob. **A biblioteca pública como conhecimento público**. Lisboa: Caminho, 1999.

WILLIAMS, Raymond. **The long revolution**. New York: Columbia University Press/London: Chatto & Windus, 1961.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**: de Coleridge a Orwell. Petrópolis: Vozes, 2011.

Recebido/ Received: 13/09/2021

Aceito/ Accepted: 10/12/2021

Publicado/ Published: 31/12/2021